

Sobre poder e organizações

Luiz Alex Silva Saraiva

Para os que se dedicam aos Estudos Organizacionais, as relações entre poder e o contexto organizacional não constituem uma novidade: a elas já se dedicaram centenas de estudiosos, estando debruçadas sobre elas outras centenas nos dias atuais. A ideia é que, retomando os termos de Mintzberg (1985), a organização é uma arena política, na qual se observam negociações de diversas naturezas para viabilizar seus objetivos. Ainda que acreditemos que o que se toma hegemonicamente por organização corresponda ao modo empresa, e não à perspectiva que pensamos ser a mais adequada – a de vida social organizada – o fato é que a política é uma espécie de tecido que une a organização, preenchendo os espaços e permitindo não só a sociabilidade, mas a própria existência organizacional.

E do que falamos, quando nos referimos a poder? Conceito complexo, que já se traduziu em autoridade, se aproximou de manipulação, e foi tomado como sinônimo de influência, o poder se refere a uma forma de viabilizar ações. Logo se



vê que essa perspectiva, funcional em essência, deixa de fora muitas nuances do poder, como por exemplo, a marcação de assimetrias, que não são necessariamente ligadas a resultados. É por conta de diferenças que o poder existe, já que, se fôssemos todos iguais e dispuséssemos todos dos mesmos recursos e capacidades, dificilmente haveria a necessidade de negociação. Em outras palavras, à medida que nos associamos por qualquer motivo, emergem possibilidades das diferenças que apresentamos uns dos outros. Tais diferenças nos levam a negociar em prol do que nos propomos a ser à medida que nos organizamos por qualquer motivo.

Muitos seriam os tipos e possibilidades políticas: a partir da capacidade de influência, do uso da tecnologia, de competências profissionais, do gênero, da raça, da posse de recursos etc. (Morgan, 1996). Em comum, temos que o poder é uma capacidade relacional coletiva em exercício (Faria, 2003). Relacional porque o poder não é algo que se possui, mas que só pode se manifestar em meio a uma relação entre sujeitos. Coletiva porque não há meios de o poder se verificar a não ser em uma coletividade. Em exercício porque se trata de um elemento que não existe senão aplicado ao cotidiano das relações sociais.

O poder implica conflitos, já que os sujeitos são diferentes quanto a suas necessidades e interesses, e isso vai se refletir nas posições que assumem e na forma como se relacionam coletivamente nas formas em que se organizam. O conflito não é, portanto, exceção em um quadro social harmônico; não é disfunção, não é eventual; as relações sociais são conflituosas porque as pessoas são diferentes. Suas divergências refletem a o infinito humano. Conviver com outras pessoas significa, portanto, negociar continuamente.

Poder, todavia não é tudo; e nem tudo se resume ao poder. Mas é inegável a força da política nas organizações. Quem pensa apenas na capacidade técnica como recurso se equivoca, e triplamente: primeiro porque a técnica tem limites claros; pressupõe adesão dos que com ela lidam. Segundo, porque a técnica se insere em um quadro racional de referência, o qual associa prescrição e desempenho de maneira direta, sem intermediação dos sujeitos, como se se tratassem de partes automáticas do processo. Terceiro porque a técnica compete com a política em termos de desempenho, por mais contraditório que isso possa parecer (Saraiva, 2017).

Se tomarmos como referência o que vem acontecendo no país desde 2016, podemos perceber com mais clareza esses aspectos. Uma Presidenta democraticamente eleita com mais de 54 milhões de votos nas eleições de 2014 foi



sumariamente deposta por deputados e senadores. Os argumentos para o golpe foram supostamente técnicos, por ela supostamente fazer uso de um recurso que presidentes anteriores também levaram a cabo. Mas sabemos que, na verdade, ela – mulher em um país ostensivamente machista e misógino – “não negociou adequadamente”. A instabilidade do país desde então, quando assumiu um presidente corrupto e comprometido com uma agenda que contém o que há de mais atrasado é o preço a que esses “representantes do povo” fazem-nos hoje pagar.

Quando pensamos que a situação não poderia piorar, vimos um Supremo Tribunal Federal se eximir de suas responsabilidades de fiscalização e permitir que o próprio poder legislativo, com centenas de denúncias de corrupção, para ficar no mínimo, decida o destino de seus membros. Isso fez com que o candidato derrotado pela Presidenta democraticamente eleita com mais de 54 milhões de votos, denunciado por corrupção, favorecimento, e inúmeros crimes fosse absolvido. Ainda que seja um caso extremo de corruptos condenando, julgando e absolvendo outros colegas corruptos a seu bel prazer e à revelia dos mandatos concedidos pelo povo, não deixa de ser interessante observar a dimensão do poder em ação nesse caso: danem-se as leis e os interesses dos que os elegeram; dane-se o país. O que importa é que uma mão imunda lave a outra, ainda mais

suja. E que, juntas, continuem a se “limpar” usando os recursos públicos em seu próprio interesse, mas vociferando em nome da defesa do interesse nacional.

Neste número, contamos na capa com a contribuição de Edna Nolasco. Em *Abramos as janelas e as portas para o novo, porque o novo vem sempre*, a autora, registrando uma parte do Museu de Arte Moderna da Bahia, funde sua perspectiva estética às possibilidades técnicas da máquina fotográfica, criando um registro do “limiar”, do “através”, desenhado pelo que a luz deixa captar. A capa foi diagramada por Vitor Drumond.

Temos o prazer de publicar, na segunda seção, o terceiro dossiê temático de Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, desta vez versando sobre *Administração Política: Ensino, Pesquisa e Prática*. Este dossiê contou com o trabalho dxs editorxs especiais Elinaldo Leal Santos, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Elizabeth Matos Ribeiro, da Universidade Federal da Bahia, Fábio Guedes Gomes, da Universidade Federal de Alagoas, e Reginaldo Souza Santos, da Universidade Federal da Bahia. Elxs foram responsáveis pela promoção, avaliação, gerenciamento, organização e viabilização deste dossiê pelo qual agradecemos.

O dossiê *Administração Política: Ensino, Pesquisa e Prática* é formado por cinco trabalhos, sendo o primeiro o texto *Administração política: ensino, pesquisa e prática*, de Elinaldo Leal Santos, Elizabeth Matos Ribeiro, Fábio Guedes Gomes, Reginaldo Souza Santos, no qual os editorxs especiais apresentam o dossiê. Integram esta seção ainda os textos *O ensino da administração política no Brasil: conteúdos, relatos e perspectivas*, de Fabiane Louise Bitencourt Pinto, Raphaela Reis Conceição Castro Silva, Lara Sousa Matos, Gardenia Tereza Jardim Pereira, *Administração política e novo-desenvolvimentismo, alternativas ou continuidade?*, de Rômulo Carvalho Cristaldo, Mônica Matos Ribeiro, Maria Elisa Huber Pessina, *Administração política: por uma agenda de pesquisa marxista*, de Agatha Justen, Claudio Roberto Marques Gurgel, Deise Luiza da Silva Ferraz, Elcemir Paço Cunha, e *A superexploração da força de trabalho no Brasil: contribuições para a administração política e o entendimento da particularidade do capitalismo brasileiro*, de Henrique Almeida de Queiroz.

Na seção *Artigos*, contamos com duas contribuições. Vanessa Brulon e Alketa Peci nos brindam, em *A unidade de polícia pacificadora e a organização da favela: poder e controle organizacionais no espaço social*, com uma análise sobre o poder das UPPs, que se manifesta no espaço principalmente por meio da ampliação das possibilidades de mobilidade. Embora a circulação seja controlada pela UPP, a influência do

tráfico se faz sentir, alterando, inclusive, a própria forma de organizar dos policiais.

Em *A Legitimidade dos dispositivos da Lei Geral da Copa*, Felipe Canan, Paulo José Cabral Lacerda, Edmilson Santos dos Santos, Fernando Augusto Starepravo examinam a legitimidade da Lei Geral da Copa, tendo identificado que alguns pontos, sobretudo relativos à exploração de direitos comerciais e à isenção de custas judiciais para Federação Internacional de Futebol podem ser considerados ilegítimos, pois relativizam direitos adquiridos e/ou contradizem a precariedade de atendimento público a direitos sociais básicos ao povo.

Na seção *Ensaio*, em *O que há por trás do discurso da harmonia racial no país da miscigenação?*, Josiane Barbosa Gouvêa problematiza aspectos relativos à construção do ser negro, no contexto social e organizacional, em uma sociedade na qual se criou a imagem da harmonia racial e do não preconceito. Antes de ser cunhada biologicamente, a ideia de inferioridade do negro já estava articulada no contexto discursivo e materializada em práticas sociais, mantidas até hoje em grande parte de nossa sociedade.

Na seção *Depoimentos*, contamos com três textos. No primeiro deles, *A integração do plano analítico: os estudos no campo da administração política*, de Reginaldo Souza Santos,



o autor resgata um pouco da breve trajetória epistemológica dos estudos em Administração Política, um esforço rumo a um esforço intelectual está sendo desenvolvido visando construir uma teoria da Administração Política mais completa.

No segundo texto, *Um trem para o desenvolvimento*, Geraldo Medeiros Júnior refaz o trajeto percorrido pelos Encontros de Administração Política desde a sua primeira edição. Mesclando trechos poéticos, da música popular brasileira com alguns conceitos e preocupações presentes nos encontros, discute a importância de se estudar administração política.

No último depoimento, *Administração política no "Sertão da ressaca": a trajetória de um grupo de pesquisa*, Wesley Gusmão Piau Santana e Deise Danielle Neves Dias Piau descrevem o percurso de um grupo de pesquisa em Administração Política no interior da Bahia, tendo identificado sua contribuição para estudos em uma perspectiva crítica, para o estudo e compreensão do papel e a função social da Administração na sociedade contemporânea.

A seção *Provocações* é composta por dois textos. No primeiro, Wilson Cano discute, em *Administração política brasileira: uma agenda nacional para o desenvolvimento*, a crise brasileira, que vem desde os anos oitenta, e procura localizar suas



principais causas, na adoção de políticas e reformas neoliberais, que colocaram uma “camisa de força” no manejo da política macroeconômica. O autor, em seguida, propõe uma alternativa de crescimento, que, necessariamente, exige extirpar o modelo neoliberal.

Na segunda provocação, Isabela Grossi Amaral e Igor Porto David discutem o tema da Administração Política como potencial campo de estudo na Administração, visando ampliar o objeto desta ciência, ou seja, a gestão. No texto *Administração política: um caminho para ampliação do campo de estudo das ciências administrativas?*, os autorxs sustentam que a administração política tenta resgatar a possibilidade de a Administração discutir temas normalmente restritos a outras áreas, não se limitando a uma ideologia, possibilitando assim a existência de perspectivas plurais, conforme o percurso histórico da sociedade em questão.

Na seção *Entrevistas*, Elinaldo L. Santos e K. C. Soares entrevistaram o professor Kevin Avruch, da Universidade George Mason, nos Estados Unidos. Em *Análise e resolução de conflitos na administração política do capitalismo*, o professor comenta algumas questões da geopolítica do capitalismo, precisamente das suas mazelas – concentração, pobreza, desigualdade, globalização e crise migratória.

Encerrando este número, na seção *Registros Fotográficos*, Daniela Viegas da Costa Nascimento, Camila Álvares dos Reis, Armindo dos Santos de Sousa Teodósio apresentam *Economia de rua: um olhar sobre Belo Horizonte*. Este trabalho capturou imagens relacionadas às práticas de “Resistir”, em especial ao que interessa à economia de rua, marcada por transações comerciais informais exercidas por diferentes pessoas nos contextos da cidade. A forma de resistir, considerando o espaço urbano e os atores registrados nas fotos, pode contrapor o caráter puramente mercadológico, ao mesmo tempo em que, ao defender o uso do espaço urbano de forma diversa, pode encobertar novas formas de desenho do sistema capitalista. As pessoas em situação de rua adotam um modo de viver particular, de maneira a garantir sua permanência nas vias urbanas.

Esperamos que xs leitorxs apreciem este número. Boa leitura!

REFERÊNCIAS

Faria, J. H. (2003). Poder e Relações de Poder. In: M. M. F. Vieira & C. A. C. (Orgs.).

Organizações, instituições e poder no Brasil (pp. 67-121). Rio de Janeiro: FGV.

Mintzberg, H. (1985). The organization as political arena. *Journal of Management Studies*, 22(2), 133-154.



REVISTA DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE

NÚCLEO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE | FACE / UFMG | BELO HORIZONTE | V. 4 | N. 10 | AGOSTO | 2017 | ISSN: 2358-6311

Morgan, G. (1996). Interesses, conflitos e poder: as organizações vistas como sistemas políticos. In: G. Morgan. *Imagens da organização* (pp. 145-204). São Paulo: Atlas.

Saraiva, L. A. S. (2017). A construção do fim do mundo. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 4(9), 1-13.

Como citar esta contribuição

Saraiva, L. A. S. (2017). Sobre poder e organizações. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 4(10), 490-500.